

O COMÉRCIO MARÍTIMO E ALGUNS ARMADORES DO SÉCULO XVIII NA BAHIA (IV).

MARIETA ALVES

Do Instituto Feminino da Bahia.

(Continuação).

Não levará a mal o paciente leitor da despretenciosa e longa conversa, que vimos mantendo através da *Revista de História*, incluirmos entre homens de negócio um vulto de mulher, a nosso ver, no caso de figurar em trabalho de assunto árido e tão pouco feminino. Trata-se de D. Ana de Sousa Queiroz Silva, de quem falamos ligeiramente, quando nos ocupamos do Mestre de Campo Teodósio Gonçalves Silva, seu marido.

Conseguimos, recentemente, por gentileza do Dr. Alberto Iria, ilustre Diretor do Arquivo Histórico Ultramarino, e do Sr. Fernando Quintão Pereira, novos microfilmes de documentos de D. Ana de Sousa Queiroz Silva ao defender seus incontestáveis direitos na aplicação de sua grande fortuna e direção dos negócios do marido. Rica e sem filhos, preocupava aos futuros herdeiros a diminuição dos haveres do casal, que era de uma prodigalidade-exemplar, quando se tratava de favorecer as obras de beneficência.

Vejamos sem mais preâmbulos este lamentável caso de família.

Antônio Dias de Castro Mascarenhas, que se dizia sobrinho de Teodósio Gonçalves Silva, mas, segundo D. Ana, era filho de um primo do velho Mestre de Campo, em requerimento sem data,

“alegando a avançada idade e demência de seu tio Teodósio Gonçalves Silva, pedia que fôsem nomeados dois negociantes de probidade para administrarem os seus bens e os negócios de sua casa comercial”,

com o que não se conformou a espôsa do rico armador, nos têrmos seguintes:

“Diz D. Anna de Sousa Queiroz Silva, da Cida.e. da Bahia, que Antonio Dias de Castro Mascarenhas, da m.ma Cid.e alcançou

Provizão deste Concelho, para se põem dois Administradores á casa da Sup.e com o falso pretexto, de q. ella a dissipava, e de que seu marido Theodosio Glz Silva se achava demente. Oppoz a Sup.e com Embrg.os, que vierão remetidos, e devem estar na Secretaria do Concelho, nos quaes deduzio a obrepção, com q. fora impetrada a Provizão. E' pela Cert.ão junta mostra, q. o d.o seu marido tem feito seu Testam.to o qual se acha aprovado, o que não succederia, se elle estivesse demente. Mostra igualm.e pela Justif.ão tão bem junta, q. é falsa a dissipação, que se lhe attribue; e que m.to pelo contrario a Sup.e tem grande intelligencia para o Comercio, o qual dirige nos impedim.tos de seu marido: e q. o Sup.do não he o Parente mais chegado do d.o seu marido, por ser filho de hum Primo delle, havendo em grao mais proximo huma Sobrinha direita, filha de seu Irmão José Glz'da Silva e cazada com o Sarg.to mor Antonio Ramos. Donde se segue, que no cazo negado de dissipação da Sup.t, e da demencia de seu marido, não era o Sup.do pessoa legitima para fiscalizar bens, a q. não tinha direito. Como pois estes docum.tos fazem m.to a bem da justiça da Sup.e: Recorre esta a V.A.R. para q. se digne mandar, que com este Requerim.to se junte aos Embargos, para serem atendidos na decisão destes.

P.a V.A.R. seja servido assim o mandar

E.R.M.

Proc.or João Luiz Per.a da C.a”

Vem a propósito acrescentar que Antônio Dias de Castro Mascarenhas era cunhado da esclarecida espôsa do Mestre de Campo.

Bom advogado, orientou D. Ana de Sousa Queiroz Silva, não há dúvida, mas isso não diminui o valor da mulher, que sabia pugnar pelos seus direitos, declarando-se capaz de dirigir uma poderosa casa comercial em éra bem recuada, uma vez que seu marido faleceu em 1803, sendo ambos personagens do século XVIII, embora chegassem ao início do século XIX. Podemos acrescentar mais uma prova em favor da saúde mental de Teodósio. Do assento de casamento de nosso terceiro avô, realizado em 20 de janeiro de 1801, serviram de testemunhas João Barbosa Madureira e o Mestre de Campo Teodósio Gonçalves Sylva, casado, morador na Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo.

*

José Antônio Caldas, que insistimos em proclamar expoente da cultura bahiana no século XVIII, engenheiro *doublé* de homem de letras — sòmente assim se explica a inclusão de seu nome entre os membros da Academia Brasília dos Renascidos — na sua *Notícia geral desta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o pre-*

sente ano de 1759, prestou à posteridade informações preciosas, facilitando a tarefa dos rebuscadores do passado da sua e nossa terra.

Assim é que, entre as pessoas que na cidade da Bahia freqüentavam o comércio e manejavam o seu negócio com possibilidade e abundância, cita o cidadão Francisco Borges dos Santos, também incluído entre os homens de maior inteligência nos preceitos mercantis e capacidade para freqüentar o comércio.

Desde 1753, em documentos numerosos sôbre assuntos de navegação e comércio, figura o nome de Francisco Borges dos Santos, provando a segurança das informações do engenheiro acadêmico.

Em 1757, quando se cogitou da fundação da nova Companhia da extração do Vinho do Alto Douro, entre os 8 homens dos principais da praça consultados a propósito, aparece Francisco Borges dos Santos ao lado dos destacados negociantes e armadores Manuel Álvares de Carvalho, Luís Coelho Ferreira, Frutuoso Vicente Viana, Simão Pinto de Queiroz, Antônio dos Santos Palheiros, Francisco Xavier de Almeida e Domingos Ribeiro Guimarães.

Francisco Borges dos Santos era, em 1758, administrador do contrato da pesca das baleias, figurando seu nome, em 1762, entre os moedeiros, prestigiosa corporação que congregava os homens mais representativos de éra distante, sendo, na mesma ocasião oficial do Regimento Auxiliar.

A propósito do cobiçado título de moedeiro, vale abrir um parêntese para lembrar sua antigüidade, de que nos dá conhecimento o Alvará Régio de D. João I, datado de 5 de junho de 1428, sôbre os privilégios concedidos aos Moedeiros, Oficiais e Cabido da Casa da Moeda.

Voltado, igualmente, para o setor religioso, Francisco Borges dos Santos doou o bonito e rico altar de Santo Cristo, da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia, inaugurada em novembro de 1765.

Pouco depois, em 1769, encontrâmo-lo à frente dos destinos da Ordem Terceira de São Francisco, ocupando o cargo de Ministro, oportunidade em que realizou obras importantes, entre as quais a construção de nova e ampla Secretaria, com 3 janelas de sacada, e outras benfeitorias, que lhe perpetuam o nome.

Em 1776, entre os comerciantes da Bahia, que impetraram

“licença para contruir um Estaleiro de pedra desde a cortina do Forte da Ribeira até as pedras que estão na parte da Barra”,

figura Francisco Borges dos Santos como um dos mais credenciados homens de negócio, notadamente armadores, sem favor beneméritos colaboradores do progresso da cidade.

Depois de mais 50 anos de benéfica atividade na Bahia, Francisco Borges dos Santos faleceu em 24 de fevereiro de 1802. Do assento no Livro de Óbitos da Freguesia da Conceição da Praia, consta que era natural de Portugal, Cavaleiro da Ordem de Cristo e casado com Tereza de Jesus Vaz. Sepultou-se na Igreja do Bonfim.

*

Na relação dos componentes do Corpo Comercial da Capitania da Bahia foram citados, em 1769, entre outros, José de Sousa Reis, Manuel Francisco Serra, Bartolomeu Rodrigues Seixas, Antônio da Silva Lisboa, todos êles gente de prol na Bahia setecentista.

O primeiro, armador de naus com negócios para a África, Ásia e Reino, era proprietário do navio *Sant'Ana São José e Almas*. Data de 1754 requerimento seu pedindo licença para carregar e logo despachar para a Costa da Mina o navio de sua propriedade.

Exercendo outras atividades entre nós, uma vez que seu nome aparece em documentos vários, José de Souza Reis arrematou, em 1761, a propriedade do Ofício de Guarda-mor do tabaco, pela importância de 13.000 cruzados.

Como tantos armadores de seu tempo, também êle foi vítima da violência dos piratas que cruzavam os mares.

Em 1768, José de Sousa Reis enviou uma representação à Côrte, na qual pedia indenização dos prejuízos que sofreu com a perda da sua corveta *Nossa Senhora da Esperança e São José*, que os holandeses apresaram, quando fôra fretada, em 1767, pelo Governador da Bahia, Conde de Azambuja, para conduzir à Ilha do Príncipe, o Governador e Capitão General de São Tomé e Príncipe, Lourenço Lobo de Almeida, próximo à Costa da Mina, onde largaram o Capitão Antônio da Costa Bastos e tôda a tripulação.

Na verdade, em 12 de junho de 1767, D. Antônio Rolim de Moura Tavares, Conde de Azambuja, enviou um officio a Francisco Xavier de Mendonça, participando a chegada à Bahia do Governador da Ilha de São Tomé, D. Lourenço Lobo de Almeida Garcez Palha, informando mais que tomara a providência de aprontar embarcação que o conduzisse a seu govêrno.

O apresamento da corveta de José de Sousa Reis verificou-se quando do regresso à Bahia conduzindo escravos e mercadorias, com prejuízos totais para o seu proprietário.

Em 26 de julho de 1765, José de Sousa Reis ingressou nas fileiras da Santa Casa, em cujo Livro 4º de Têrmos de Irmãos, se encontra seu pedido de admissão, pelo qual sabemos que era Familiar do Santo Offício, natural de Arrifana de Sousa, filho legítimo de To-

más de Sousa e de Catarina de Sousa. Seu falecimento ocorreu em 27 de junho de 1786.

*

Como tantos outros portugueses, que deixaram a pátria em busca de melhores condições de vida, e aqui venceram pelo trabalho, devemos incluir Manuel Francisco Serra, cujo nome se encontra citado, insistentemente, em assuntos de comércio marítimo, provando sua participação neste ramo de negócio, que congregava cidadãos prestantes, esteio das instituições religiosas, pioneiros das obras de assistência social entre nós.

Homem de prestígio, não admira que se encontrasse entre os moedeiros, de cuja corporação fazia parte em 1763.

Em 1772, encontrâmo-lo exercendo o cargo de Secretário da Ordem Terceira de São Francisco, e, em 1774, o de Ministro. Neste período, concluíram-se as grandes obras iniciadas pelo operoso Ministro Francisco Borges dos Santos.

Quando, em 1780, o Governador Manuel da Cunha Menezes pretendeu incentivar a cultura do algodão na Capitania de Ilhéus, então decadente, em longo ofício dirigido a Martinho de Melo e Castro, escreveu:

“... Ainda não pára aqui a infelicidade da Capitania, porque sabendo eu que o algodão dava em Lisboa 9 e 10 mil réis cada huma arroba, escrevi circulares a todas as Camaras, a todos os Capitães móres e directores dos Índios, nas quaes lhes propunha as vantagens que se seguirião aos povos desoccupados de plantarem o algodão, planta que accomoda no seu fabrico e apanho a qualidade de gente e de todas as idades e ao mesmo tempo persuadi a Manoel Francisco Serra, honrado commerciante para em todas as freguezias por editaes nos quaes declara-se, que elle comprava todo o algodão que lhe levassem a sua moradia, a preço cada arroba sem caroço de 3.200 e com caroço a 800 rs como executou, seguindo-se desta providencia entrar bastante algodão na Bahia e haver muitos compradores a elle”.

Em 1781, Manuel Francisco Serra assinou, com outros interessados, uma representação contra a violência dos holandeses nos navios mercantes portugueses, que navegavam para a Costa da Mina.

Confirma ainda sua participação no comércio marítimo a representação, dirigida ao Governador D. Fernando José de Portugal, pelos proprietários de diversos navios, em 1799, pedindo o adiamento

da partida do comboio para o Reino, alegando as razões da pretensão dos mesmos, entre os quais figura seu nome.

Manuel Francisco Serra continuava em evidência em 1804, ano em que, para alargamento de sua casa comercial, requereu despêjo de umas casas ocupadas por Manuel Jácome Ferreira.

Não logramos encontrar a data de seu falecimento.

(continua).